

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>Direitos fundamentais das mulheres encarceradas</i> Renata Andrade Lotufo	17
<i>A terminalidade da vida</i> José de Oliveira Ascensão	41
<i>A litigiosidade contida e a litigiosidade exacerbada nos Juizados Especiais Federais Cíveis</i> Eliana Rita Resende Maia	57
<i>Limites do direito diante da autonomia moral do indivíduo: os riscos do máximo ético</i> Paulo Gustavo Guedes Fontes	69
<i>Primeiras considerações sobre a dosimetria da pena na Ação Penal 470/MG - “Mensalão”</i> Luiz Renato Pacheco Chaves de Oliveira	83

JURISPRUDÊNCIA EM DESTAQUE

<i>Ambiental. Ação civil pública. Derramamento de óleo. Legitimidade passiva da agência marítima. Responsabilidade civil objetiva. Agente poluidor. Evento danoso. Nexo causal. Laudo pericial. Existência anterior de elemento poluidor no local. Irrelevância. Valor monetário da indenização.</i> AC 0205472-68.1998.4.03.6104 Desembargadora Federal Consuelo Yoshida	95
---	----

COMENTÁRIOS

André Felipe Soares de Arruda	103
Heraldo Garcia Vitta	109

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Servidor público. Processo disciplinar. Legalidade. Prescrição. Demissão. Desproporcionalidade. Revisão da pena.

AC 0014724-52.2002.4.03.6100

Desembargadora Federal Cecilia Mello 119

Ação Popular. Remessa oficial. Instalação de postos bancários no Paço Municipal de Bertoga através de permissão. Inexistência de ilegalidade ou de prejuízo ao erário.

REO 0006953-06.2005.4.03.6104

Desembargador Federal Nery Júnior 127

Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal com o objetivo de impedir a continuidade das irregularidades apontadas (excesso de água) na comercialização de carnes de aves. Omissão do poder público na fiscalização por falta de padrões ou limites para o exame dos produtos.

ApelReex 0007664-62.2006.4.03.6108

Desembargador Federal André Nabarrete 129

Responsabilidade civil do Estado. Reparação de dano moral. Ação penal por crime de furto qualificado. Absolvição. Alegação de demora na prestação jurisdicional. Garantia da ampla defesa e do contraditório. Falta de comprovação de dolo ou culpa.

AC 0007353-04.2007.4.03.6119

Desembargador Federal Carlos Muta 146

Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa. Conduta não capitulada como crime. Inaplicabilidade dos prazos prescricionais previstos no Código Penal.

AC 0009250-21.2007.4.03.6102

Desembargadora Federal Alda Basto 156

Mandado de Segurança. Pedido de parcelamento. Delegado da Receita Federal em Sorocaba/SP. Procurador chefe da Fazenda Nacional em Sorocaba. Legitimidade passiva. Prazo para encerramento. Princípios da eficiência e da moralidade.

AMS 0008305-68.2011.4.03.6110

Juiz Federal Convocado Paulo Sarno 169

DIREITO CIVIL

Instituições bancárias. Conta inativa. Pagamento de tarifas. Descabimento.

AC 0001475-06.2008.4.03.6106

Desembargador Federal Peixoto Junior 177

Bem de família não configurado. Imóvel alienado. Impenhorabilidade afastada. Excesso da execução. Ausência de documentos. Contrato de mútuo. Título executivo judicial.

Ag AI 0030344-22.2012.4.03.0000

Desembargador Federal José Lunardelli..... 184

DIREITO CONSTITUCIONAL

Indenização por danos morais. Prisão e tortura do autor. Regime militar. Alegada prescrição. Inocorrência. Possibilidade de cumulação com a indenização.

ApelReex 0019636-14.2010.4.03.6100

Desembargador Federal Márcio Moraes 193

Reintegração de posse. Indígenas Guarani Nhandeva. Fazenda Remanso Guaçu. Grave lesão à ordem e à segurança. Relevante interesse social. Suspensão mantida até o trânsito em julgado da ação possessória originária.

Ag SuExSe 0000072-45.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Newton De Lucca202

DIREITO PENAL

Apropriação indébita. Contrato de depósito, guarda e conservação de produtos vinculados a empréstimos do governo federal. Autoria e materialidade do delito comprovadas. Desvio de grande quantidade de grãos.

ACr 0002648-28.2004.4.03.6002

Juíza Federal Convocada Tânia Marangoni..... 231

Recurso Especial. Exploração de máquinas caça-níquel. Crime de contrabando ou descaminho. Absorção pelo “crime fim” (jogos de azar). Princípio da consunção. Princípio da insignificância. Inadmissibilidade.

REsp ACr 0002649-80.2009.4.03.6117

Desembargadora Federal Salette Nascimento239

Crime contra o mercado de capitais. Uso indevido de informação privilegiada. “Insider trading”. Ofensa ao bem jurídico tutelado no Brasil. Fixação do dano moral coletivo.

ACr 0005123-26.2009.4.03.6181

Desembargador Federal Luiz Stefanini243

Reingresso de estrangeiro expulso. Não configuração do erro sobre a ilicitude do fato. Circunstância agravante da reincidência devidamente reconhecida.

ACr 0012506-55.2009.4.03.6181

Juiz Federal Convocado Paulo Domingues264

Tráfico de drogas. Flagrante preparado: inocorrência. Crime impossível: inocorrência. Desclassificação para uso: rejeitada. Internacionalidade delitiva. Delação premiada: inocorrência. Regime inicial fechado: possibilidade.

ACr 0002889-37.2010.4.03.6181

Juiz Federal Convocado Márcio Mesquita..... 267

Crimes de peculato e de receptação. Empregado de agência franqueada dos correios. Equiparação a funcionário público. Ofensa a interesse da União. Competência da Justiça Federal.

EInfNu 0003370-97.2010.4.03.6181

Desembargador Federal Antonio Cedenho.....284

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Atividade insalubre. Monitor. FEBEM. Início de prova material não complementado. Comerciarário. Comprovação.

ApelReex 0003571-30.2003.4.03.6183

Desembargador Federal Roberto Haddad 293

Aposentadoria por invalidez. Requisitos comprovados. Qualidade de segurado e incapacidade. Síndrome do pânico.

Ag AC 0003985-13.2004.4.03.6112

Juíza Federal Convocada Carla Rister 297

Revisão de benefícios. Maior e menor valor teto. Limitação de salários-de-contribuição. Habilitação de sucessores.

AR 0071409-75.2004.4.03.0000

Desembargadora Federal Vera Jucovsky303

Pensão por morte até conclusão de curso universitário. Impossibilidade. Filha maior de 21 anos. Dependência econômica não configurada.

EI 0004623-27.2005.4.03.6107

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta320

Benefício assistencial. Sentença de procedência. Apelação do INSS. Superveniente óbito da parte autora. Decisão monocrática terminativa. Extinção do processo sem resolução de mérito. Benefício personalíssimo. Sucessores. Direito ao recebimento de resíduo.

Ag AC 0002484-32.2006.4.03.9999

Desembargador Federal Paulo Fontes 332

Aposentadoria por tempo de serviço. Enquadramento e conversão de parte do tempo especial em comum. Possibilidade. Preenchidas as exigências legais para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional.

Ag AMS 0005505-46.2006.4.03.6109

Desembargador Federal Fausto De Sanctis.....338

Assistência social. Estrangeiro residente no país. Possibilidade. Igualdade de condições prevista na Constituição. Pessoa hipossuficiente e de baixa instrução. Idade avançada.

AgRg AC 0000218-92.2007.4.03.6004

Desembargador Federal Walter do Amaral..... 345

Concessão do benefício de aposentadoria especial por tempo de serviço. Reconhecimento da atividade de magistério.

ApelReex 0004850-10.2007.4.03.6119

Desembargador Federal Nelson Bernardes349

Pensão por morte. Fracionamento do valor a ser pago entre a cônjuge que requereu administrativamente e a companheira exequente.

Ag AI 0010959-64.2007.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos 355

Pensão por morte. Restabelecimento do benefício. Celebração de segundo matrimônio. Precária situação econômica.

AC 0012374-97.2007.4.03.6106

Juiz Federal Convocado Souza Ribeiro364

Pensão por morte. Situação de desemprego. Qualidade de segurado comprovada. Etilismo crônico.

Ag AC 0001593-63.2009.4.03.6003

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 367

“Desaposentação”. Cômputo do tempo de contribuição laborado após a jubilação para fins de revisão da renda mensal da aposentadoria. Impossibilidade.

AC 0000290-85.2011.4.03.6183

Juiz Federal Convocado Carlos Francisco 370

Aposentadoria especial. Eletricidade. Periculosidade comprovada. Caracterização de atividade especial. Aplicação com relação à correção monetária.

Ag ApelReex 0002845-75.2011.4.03.6183

Desembargador Federal Baptista Pereira 376

Pensão por morte. Filho maior de 21 anos. Universitário. Restabelecimento. Pretensa repetição de valores pagos a título de benefício previdenciário. Caráter alimentar da verba paga. Impossibilidade de devolução.

AC 0010281-49.2012.4.03.9999

Desembargadora Federal Lucia Ursaia 385

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Reforma da sentença. Honorários advocatícios de sucumbência.

Ag AC 0088276-02.1992.4.03.6100

Desembargadora Federal Regina Costa 393

Demanda ajuizada pelos sucessores da pensionista. Pagamento interrompido em face do óbito, sendo então o resíduo pago a eles por alvará judicial, sobre o qual requerem correção monetária e juros de mora.

AC 0025835-73.2002.4.03.9999

Desembargadora Federal Daldice Santana 396

Honorários advocatícios. Óbito de um dos defensores da autora. Levantamento da verba sucumbencial pelo outro advogado constituído na razão de 50%.

AI 0018322-29.2012.4.03.0000

Juíza Federal Convocada Raquel Perrini.....403

Decisão que indeferiu medida liminar requerida em Mandado de Segurança, objetivando o processamento pela Receita Federal dos recursos administrativos com suspensão da exigibilidade de débitos. Compensação de créditos de terceiros. Impossibilidade.

Ag AI 0030441-22.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Johansom di Salvo406

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Portaria nº 75/2012 do Ministério da Fazenda. Parâmetro para balizar a aplicação do princípio da insignificância. Possibilidade.

EDcl ACr 0006507-68.2002.4.03.6181

Desembargadora Federal Vesna Kolmar 419

Mandado de Segurança. Sequestro de bens em operação policial. Pedido incidental de substituição de veículos automotores usados. Princípio da duração razoável do processo. Indeferimento da petição inicial.

MS 0031082-10.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Fábio Prieto426

“Habeas corpus”. Prisão preventiva. Roubo duplamente majorado. Apreensão da “res”. Evidência de materialidade. Prisão em flagrante e confissão extrajudicial. Periculosidade. Ausência de endereço certo e de atividade profissional lícita.

HC 0031197-31.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Nelton dos Santos.....428

DIREITO TRABALHISTA

Reclamatória trabalhista proposta antes do advento da Constituição Federal de 1988. Competência residual da Justiça Federal Comum. Auxiliar administrativo no Consulado Geral do Brasil em Paris/França. Regime celetista. Estabilidade decenal. Reintegração ao trabalho inviável. Indenização.

ROTRAB 0017278-82.1987.4.03.6100

Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 433

DIREITO TRIBUTÁRIO

IPTU. Imóvel da extinta RFFSA. Sucessão tributária. Imunidade.

Ag AC 0003582-52.2009.4.03.6182

Juiz Federal Convocado Herbert de Bruyn 447

FUNRURAL. Empregador rural pessoa física. Exigibilidade. Prescrição. Repetição de indébito ou compensação. Tributos sujeitos a lançamento por homologação. Jurisprudência do STF.

ApelReex 0001006-07.2010.4.03.6003

Desembargador Federal André Nekatschalow 450

Embargos à Execução Fiscal. Caixa Econômica Federal. Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Imunidade não configurada. Legitimidade da cobrança.

Ag AC 0016403-20.2011.4.03.6182

Desembargadora Federal Cecília Marcondes 456

Execução Fiscal. Inclusão de empresa no polo passivo. Formação de grupo econômico. Confusão patrimonial. Sucessão tributária. Responsabilidade solidária.

Ag AI 0035015-88.2012.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Leonel Ferreira 460

SENTENÇAS

Fundos de investimento. Pleito indenizatório alegando que os prejuízos suportados pelos demandantes foram decorrentes de gestão temerária. Descabimento do pedido. Prejuízos decorrentes de alteração de política cambial. Risco inerente ao negócio. Não configurada responsabilidade estatal por ausência de fiscalização.

0022121-02.2001.4.03.6100

Juiz Federal Djalma Moreira Gomes 473

Fiscalização realizada pela Delegacia da Receita Federal. Denúncia por omissão fraudulenta de rendimentos para supressão de pagamento de tributo devido - IRPF. Responsabilidade criminal e responsabilidade tributária.

0000248-52.2005.4.03.6181

Juiz Federal Toru Yamamoto 486

Ação Penal. Desembaraço de mercadorias importadas. Subfaturamento. Emissão de documentos falsos. Pagamento de vantagem ilícita a fiscal da Receita Federal. Apreensão da carga. Perdimento.

0013163-36.2006.4.03.6105

Juíza Federal Márcia Souza e Silva de Oliveira 494

Ação Penal Pública. “Doleiros” realizando operações internacionais clandestinas de câmbio, sem autorização ou conhecimento do Banco Central. Lavagem de ativos. Gestão fraudulenta, operação de instituição financeira sem autorização, evasão de divisas, por meio de contas mantidas em instituições financeiras nos EUA. Produto pecuniário dos delitos submetido a ocultação e dissimulação, com utilização de “offshore” e conversão dos ativos em imóveis no território brasileiro.

0011628-33.2009.4.03.6181

Juiz Federal Marcelo Costenaro Cavali 523

Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Irregularidades na aquisição de merenda escolar no período em que a ré exerceu o cargo de Prefeita.

0012573-12.2009.4.03.6119

Juíza Federal Madja de Sousa Moura Florencio 575

Ação Civil Pública. Aparente choque entre a liberdade de comunicação da ré, Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., e a liberdade de crença e filosofia de um determinável grupo de pessoas ligadas ao ateísmo. Excesso de conduta por parte da ré com prejuízo sensível aos direitos fundamentais dos ofendidos. Condenação à exibição de retratação no mesmo programa.

0023966-54.2010.4.03.6100

Juiz Federal Paulo Cezar Neves Junior582

Correspondência expedida pela Alfândega de Portugal relatando que a autora havia solicitado ressarcimento de uma grande quantia de impostos recolhidos em virtude da compra de jóias (“tax free”). Não apresentação à autoridade alfandegária com a declaração de bagagem acompanhada ao reingressar ao Brasil. Tratamento intimidador pelo agente fiscalizador. Prisão em flagrante por desacato e remoção da autora algemada. Dano moral configurado.

0003504-42.2011.4.03.6100

Juiz Federal João Batista Gonçalves611

Lotérica em prevenção demasiada a indesejar a instalação de nova unidade de atendimento ao povo. Ausentes elementos de amparo ao intento desconstitutivo.

0003088-16.2012.4.03.6108

Juiz Federal José Francisco da Silva Neto620

Ação Civil Pública. Requerimento de afastamento do sigilo de informações atinentes ao recenseamento de crianças e adolescentes pelo IBGE para efeito de identificar-se aqueles ainda não possuidores de registro civil.

0005687-25.2012.4.03.6108

Juiz Federal Marcelo Freiberg Zandavali.....622

SÚMULAS 627